



## Autonomy and education in Immanuel Kant

## Autonomia e educação em Immanuel Kant

## Autonomía y educación en Immanuel Kant

**Victor Wladimir Cerqueira Nascimento**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5058-2577>

Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, Sergipe, Brasil

E-mail: profvictorwladimir@gmail.com

### ABSTRACT

The principles of Kantian pedagogy are deeply rooted in educational thinking. Although many educators and philosophers did not fully embrace their pedagogical conception, the principles and notions served on a large scale as a toolbox for different names such as Piaget, Kohlberg, Adorno, Habermas, etc. In this sense, Kantian pedagogy is a source of inexhaustible revisiting and critical reflection. The relationship between education and autonomy in Kant is the foundation of educational thinking in modern times. In view of the critique of modern values established by postmodernity, it is necessary to analyze this relationship in Kant's pedagogical conception, its articulation and foundations.

**Keywords:** Kant; Education; Autonomy; Enlightenment; Modernity.

### RESUMO

Os princípios da pedagogia kantiana são fortemente arraigados no pensamento educacional. Ainda que muitos educadores e filósofos não tenham tomado a totalidade sua concepção pedagógica, os princípios e noções serviram em larga escala como caixa-de-ferramentas para diferentes nomes como Piaget, Kohlberg, Adorno, Habermas, etc. Nesse sentido, a pedagogia kantiana é fonte de inesgotável revisitação e reflexão crítica. A relação entre educação e autonomia em Kant é o fundamento do pensamento educacional na modernidade. Diante da crítica dos valores modernos instaurada pela pós-modernidade, é preciso analisar essa relação na concepção pedagógica de Kant, sua articulação e fundamentos.

**Palavras-chave:** Kant; Educação; Autonomia; Esclarecimento; Modernidade.

### RESUMEN

Los principios de la pedagogía kantiana están profundamente arraigados en el pensamiento educativo. Aunque muchos educadores y filósofos no abrazaron completamente su concepción pedagógica, los principios y nociones sirvieron a gran escala como caja de herramientas para diferentes nombres como Piaget, Kohlberg, Adorno, Habermas, etc. En este sentido, la pedagogía kantiana es una fuente inagotable de revisión y reflexión crítica. La relación entre educación y autonomía en Kant es la base del pensamiento educativo en los tiempos modernos.

**Received:** 05 DEC 2020 | **Reviewed:** 18 DEC 2020 | **Accept:** 23 DEC 2020 | **Published:** 30 DEC 2020

**How to cite:** Nascimento, V. W. C. (2020). Autonomy and education in Immanuel Kant. *Journal of Research and Knowledge Spreading*, 1(1), e11738. <http://dx.doi.org/10.20952/jrks1111738>

\***Corresponding author:** Victor Wladimir Cerqueira Nascimento. **E-mail:** profvictorwladimir@gmail.com

Ante la crítica de los valores modernos que establece la posmodernidad, es necesario analizar esta relación en la concepción pedagógica de Kant, su articulación y fundamentos.

**Palabras clave:** Kant; Educación; Autonomía; Iluminación; Modernidad.

## INTRODUÇÃO

---

A espécie humana é obrigada a extrair de si mesma pouco a pouco, com suas próprias forças, todas as qualidades naturais, que pertencem à humanidade (Kant, 1999, p. 12).

Educar é esclarecer (aufklären), aprender a tomar a razão como guia: por um lado, a educação deve influir sobre cada indivíduo, transformando-o num ser autônomo e crítico; por outro, os indivíduos devem formar um todo racional, garantindo o progresso da Humanidade. Nesse sentido, o Esclarecimento (Aufklärung) depende da Educação e esta, por sua vez, depende daquele. Tal ideário, que popularizou-se e vulgarizou-se no meio pedagógico desde o “Século das Luzes”, tem na Filosofia Crítica de Immanuel Kant (1724-1804) sua principal fonte de inspiração.

O problema é justamente a educação, a formação (Bildung), desse Homem crítico e autônomo. Crítica, na filosofia kantiana, tem um sentido técnico bastante preciso: estabelecer as condições de possibilidade de um objeto pela razão. E apesar do conceito de crítica não cessar de se modificar na História da Filosofia pós-kantiana, ele foi vulgarizado nas apropriações pedagógicas de pouco rigor. Isso sem falar no conceito de autonomia, que virou fetiche nos jargões pedagógicos e finalidade “omniexplicativa” da educação, sem qualquer conteúdo preciso ou direcionamento prático. O intento deste pequeno escrito é tentar lançar alguma luz nas reflexões pedagógicas kantianas a partir de sua definição de Esclarecimento e sua relação com a Educação, onde o princípio da autonomia aparece como marca distintiva de seu criticismo.

## DISCUSSÃO

---

“Esclarecimento é a saída do homem de sua menoridade, da qual ele próprio é culpado”, diz Kant no opúsculo *O que é Esclarecimento?* (1783). Aparentemente, tratar-se-ia de uma definição negativa, uma “saída” (ausgang), uma negação do estado de menoridade. Mas é precisamente esse estado de menoridade que é negativo: longe de se contrapor à maioria natural (naturaliter maiorenes), esta menoridade (Unmündigkeit) se define pela “incapacidade de fazer uso de seu entendimento sem a direção de outro indivíduo”, pela permanência da tutela por “falta de decisão e coragem de servir-se de si mesmo” (Kant, 1985, p. 100). A menoridade é uma incapacidade gerada pela preguiça e pela covardia através da qual se aceita a autoridade de um outro para nos conduzir nos domínios em que convém fazer uso de nossa razão. É essa analogia entre a menoridade natural e a menoridade intelectual que será a chave para compreender a relação entre Esclarecimento e Pedagogia.

Mas quais são esses domínios? Embora o texto não faça referência direta, é digno de nota que os três exemplos dados por Kant correspondem a cada uma de suas três obras Críticas: estar-se num estado de menoridade quando um livro faz as vezes de meu entendimento (Crítica da Razão Pura), quando um diretor espiritual por mim tem consciência moral (Crítica da Razão Prática), quando um médico decide por mim a minha dieta (Crítica do Juízo), etc. Nesses domínios se convém fazer uso destemido da razão e não a obediência da autoridade, se convém fazer uso autônomo de seu próprio entendimento e não a passividade cômoda da heteronomia.

O Esclarecimento é, ao mesmo tempo, um processo já em curso e uma tarefa de cada indivíduo e da humanidade. Se o próprio homem é o responsável pela sua menoridade, ele não poderá sair dela senão por uma mudança que ele operara sobre si mesmo, sobre sua vontade.

Essa transformação apresenta uma palavra de ordem: Sapere aude! “Ouse saber”, ou seja, fazer uso de seu próprio entendimento é o ato de coragem necessário para que o Esclarecimento se ponha em curso e para que os homens se tornem, ao mesmo tempo, elementos e agentes desse processo. Em todo caso, não se trata apenas do indivíduo adquirir autonomia e esclarecer-se, mas de toda a humanidade. Inclusive é muito difícil “para um homem em particular desvencilhar-se da menoridade que para ele se tornou quase uma natureza”. Já, porém, que um público se esclareça é perfeitamente possível, “mais que isso, se lhe for dada a liberdade, é quase inevitável” (Kant, 1985, p. 102).

A liberdade é a condição de possibilidade do Esclarecimento. Se Kant reivindica uma eticidade na base do Esclarecimento, um ato de coragem que implica uma transformação na relação entre a vontade, a autoridade e o uso do entendimento é porque existe uma liberdade da vontade, uma vontade livre e independente da lei natural dos fenômenos cujo guia é a razão. Mas isso do ponto de vista do indivíduo. Do ponto de vista de um povo ou da Humanidade, importa a liberdade como uma condição política e não apenas ética. E não se trata de uma liberdade política que acabe com a autoridade do poder constituído, nos moldes de uma revolução. Afinal, “uma revolução poderá talvez realizar a queda do despotismo pessoal ou da opressão ávida de lucros ou de domínios, porém nunca produzirá a verdadeira reforma do modo de pensar”. Isso porque apenas novos preconceitos “servirão como cintas para conduzir a grande massa destituída de pensamento” (Kant, 1985, p. 104) Esta lição kantiana parece ter sido esquecida por certa tradição pedagógica, seja ela marxista ou não.

Kant se refere a outra forma de exercício da liberdade política mais inofensiva: o uso público da razão. Se o lema do Esclarecimento é Ouse saber!, sua contrapartida é Não raciocineis! Essa limitação da liberdade é perniciosa ao Esclarecimento. E Kant ilustra essa limitação da liberdade utilizando como exemplo a disciplina militar, o poder político-econômico, a autoridade religiosa, etc. Mas nem toda limitação da liberdade é prejudicial ao progresso do Esclarecimento, e pode até mesmo o favorecer: trata-se do uso privado da razão. É que o uso público da razão é “aquele que qualquer homem, enquanto sábio (Gelehrter), faz dela diante do grande público do mundo letrado (Leserwelt)”; por outro lado, o uso privado da razão é “aquele que o sábio (gewissen) pode fazer de sua razão em certo cargo público ou função a ele confiado” (Kant, 1985, p. 104).

Não há contradição entre os usos da razão, apenas – para utilizar um termo kantiano – um paradoxo. Em algumas atividades que se exercem em interesse da comunidade, os membros devem se comportar passivamente, de modo a serem conduzidos pelo governo, ou seja, devem fazer o uso privado da razão. Caso não seja desse modo, correm o risco de destruir a finalidade pública para a qual foram nomeados. “Em casos tais, não é sem dúvida permitido raciocinar, mas deve-se obedecer”. Isso não significa que também não possam fazer uso público da razão. E Kant dá exemplos cotidianos: o oficial não pode desobedecer uma ordem de superior, mas pode raciocinar sobre a conveniência da ordem; o cidadão tem que pagar impostos, mas pode raciocinar sobre a legitimidade e a fiscalização deles; o pastor deve assegurar os serviços de uma paróquia de acordo com os princípios de sua igreja, mas pode raciocinar sobre a validade dos dogmas; etc.

Kant não está exigindo uma obediência cega, mas que se faça uso da razão de acordo com as circunstâncias determinadas e com os fins particulares. Isso não significa que se pode deliberadamente tomar decisões que afastem o gênero humano do ulterior Esclarecimento. Uma geração ou época não pode condenar os avanços da humanidade: “Isto seria um crime contra a natureza humana, cuja determinação original consiste precisamente neste avanço” (Kant, 1985, p. 110). O conjunto da espécie humana está envolvido no processo de Esclarecimento num duplo sentido. Por um lado, é uma transformação que afeta a natureza humana na medida em que realiza a “determinação original” do Homem, ou seja, na medida em que efetiva a humanidade do Homem; por outro lado, o Esclarecimento é uma mudança histórica que atinge a humanidade: “Se for feita então a pergunta: 'vivemos agora em uma época

esclarecida (aufgeklärten)?, a resposta será: 'não, vivemos em uma época de esclarecimento'" (Kant, 1985, p. 112).

O Homem precisa extrair de si toda a sua Humanidade, e a educação será fundamental. Que a condição de possibilidade de toda pedagogia seja uma antropologia filosófica, Kant deixa bem claro logo nas primeiras linhas de Sobre a pedagogia (1786-7): "O homem é a única criatura que precisa ser educada" (Kant, 1999, p. 11). E durante todo o processo educacional – que engloba o cuidado, a disciplina e a instrução, sendo esses dois últimos constituindo a Formação (Bildung) –, o infante, o educando e o discípulo vai extraindo de si sua própria humanidade por um processo de diferenciação progressiva da animalidade. É digno de nota que a Formação e o Esclarecimento são processos no qual o Homem constitui a partir si próprio sua humanidade, sendo que o primeiro é para o indivíduo o que o segundo é para a filosofia da história, para a Humanidade.

O percurso da heteronomia natural do infante para a determinação original da autonomia começa com a primeira diferenciação: é que os animais não precisam de cuidados (wartung), ou seja, "precauções que os pais tomam para impedir que as crianças façam uso nocivo de suas forças" (Kant, 1999, p. 11). Os animais, apesar de necessitar serem alimentados, aquecidos, guiados e protegidos, não necessitam ser cuidados. Eles são por seus próprios instintos tudo aquilo que podem ser e, assim, dispõem de suas forças sem que se prejudiquem a si mesmos. Os cuidados são vitais à primeira infância do homem, pois nascendo ainda sem domínio de suas faculdades racionais para formar por si mesmo o projeto de sua própria conduta e não possuindo instintos que determinam a ação animal, o infante, em estado bruto, precisa que seus antecedentes intercedam por ele.

A disciplina (zucht) estabelece uma transformação gradual da animalidade em humanidade. Apesar de ser "puramente negativa" devido ser o tratamento através do qual se retira o homem de sua selvageria, a disciplina tem papel fundamental na pedagogia kantiana. É ela que impede as inclinações animais que insistem em desviar o homem de seu destino de tornar-se humano. Se "a selvageria consiste na independência de qualquer lei", a disciplina "submete o homem às leis da humanidade e começa a fazê-lo sentir a força das próprias leis" (Kant, 1999, p. 13). Isso é necessário pois o homem possui uma inclinação natural à liberdade, a ela tudo sacrificando, e, assim, o educando deve se submeter logo à disciplina, ou seja, aos preceitos da razão cultivados pelas gerações anteriores.

O ponto mais alto da pedagogia, e conseqüentemente da humanidade, é a instrução (unterweisung) ou cultura. Se quem não tem disciplina é um selvagem, quem não tem educação é um bruto. A instrução é a educação em seu estado positivo, já que é a responsável pela acréscimo dos conhecimentos necessários ao desenvolvimento intelectual e moral do educando, tornando-o um discípulo. Apesar de ser posterior à disciplina no processo educacional, sendo seu termo, a instrução não tem a mesma importância que a disciplina. "A falta de disciplina é um mal pior que falta de cultura, pois esta pode ser remediada mais tarde, ao passo que não se pode abolir o estado selvagem e corrigir um defeito de disciplina" (Kant, 1999, p. 16).

A educação segue a marcha de aperfeiçoamento da humanidade, havendo uma correlação entre o desenvolvimento da primeira e da segunda. Nesse sentido, é na educação que se esconde o grande segredo da perfectibilidade da natureza humana. O projeto de uma teoria educacional é um ideal a ser buscado pela humanidade. E por ideal Kant não compreende uma quimera ou um sonho. "Uma Ideia não é outra coisa senão o conceito de uma perfeição que ainda não se encontra na experiência", e para realizá-la basta que a ideia seja autêntica e que os obstáculos para torná-la efetiva não sejam intransponíveis. Assim, "a ideia de uma educação que desenvolva no homem todas as suas disposições naturais é verdadeira absolutamente" (Kant, 1999, p. 17).

A educação é o meio pelo qual o homem realiza a finalidade de sua existência. Mas ao contrário do animais, que cumprem seu destino espontaneamente e sem o saber, o homem não

pode atingir esse fim sem antes ter dele um conceito. Além disso, não pode cumprir por si só, individualmente, sua destinação, apenas pela espécie humana. “A educação é uma arte cuja prática necessita ser aperfeiçoada por várias gerações”. E aqui, mais uma vez, a referência à filosofia kantiana da história. É que “o homem deve, antes de tudo, desenvolver suas disposições para o bem; a Providência não as colocou nele prontas; são simples disposições, sem a marca distintiva da moral” (Kant, 1999, p. 19). A Providência quis que o homem extraísse pouco a pouco de si mesmo o bem.

Como as disposições naturais dos homens não se desenvolvem-se por si mesmas tal como um instinto, em que a finalidade se encontra já inscrita, a educação é uma técnica (“arte”) cuja dificuldade somente é comparável àquela de governar os homens. Tal qual esta, a educação deve ser raciocinada para que desenvolva a natureza humana de forma a ela cumprir seu destino. Assim, a educação não pode ser mecânica, mas alicerçada em princípios sólidos: “não se deve educar as crianças segundo o presente estado da espécie humana, mas segundo a idéia de humanidade e de sua inteira destinação. Esse princípio é da máxima importância” (Kant, 1999, p. 22). Os obstáculos aqui se multiplicam, pois os pais se preocupam apenas como o desempenho social de seus filhos, assim como os príncipes consideram os súditos apenas como instrumento para seus propósitos.

Um projeto educacional deve ser pensado e executado de forma cosmopolita, a partir da ideia de bem geral, pois este jamais poderia ser prejudicial ao bem particular. Ainda que seja exigido o sacrifício de algum privilégio particular, este será apenas uma circunstância determinada cujo perda presente será compensada em um bem maior futuro. Por outro lado, toda cultura começa pelas pessoas privadas e depois se difunde. Assim, da mesma forma que o príncipe deve ser ilustrado e competente na governança de seus súditos, a direção das escolas dependem, portanto, de pessoas esclarecidas e que compreendam a finalidade da educação no desenvolvimento da humanidade.

A educação tem, então, a finalidade de disciplinar, impedindo que a animalidade prejudique o caráter propriamente humano, e tonar culto, criar habilidades através da instrução e outros conhecimentos que, embora não sejam condicionados por nenhuma finalidade, servem às finalidades particulares determinadas pelas circunstâncias. Entre esses conhecimentos, a educação deve cuidar da civilidade, que “requer certos modos corteses, gentileza e prudência de nos servirmos de outros homens para os nossos fins”. E embora a civilidade seja regulada pelo gosto mutável de cada época, ela é a antecâmara da moralização, uma disposição para escolher os bons fins: “Bons são aqueles fins aprovados necessariamente por todos e que podem ser, ao mesmo tempo, os fins de cada um” (Kant, 1999, p. 26).

Assim como não se vive numa época esclarecida, mas de Esclarecimento, “vivemos em uma época de disciplina, cultura e civilização, mas ela ainda não é a da verdadeira moralidade”. E a educação tem papel fundamental nisso, pois num primeiro momento o educando deve mostrar sujeição e obediência de forma passiva, mas num segundo momento ele deve fazer uso de sua reflexão e de sua liberdade, embora ainda submetido a algumas regras. “No primeiro período, o constrangimento é mecânico; no segundo, é moral”. E nesse sentido, “um dos maiores problemas da educação é o poder de conciliar a submissão ao constrangimento das leis com o exercício da liberdade” (Kant, 1999, p. 32); mesmo problema colocado por Kant no opúsculo *O que é Esclarecimento?*

Se ali Kant argumenta o exercício da liberdade através da relação entre o uso público e o uso privado da razão, aqui ele enumera regras pedagógicas de caráter prático: “é preciso dar liberdade à criança desde a primeira infância e em todos os seus movimentos com a condição de não impedir a liberdade dos outros”, “deve-se-lhe mostrar que ela pode conseguir seus propósitos, com a condição de que permita aos demais conseguir os próprios” e “é preciso provar que o constrangimento, que lhe é imposto, tem por finalidade ensinar a usar bem da sua liberdade, que a educamos para que possa ser livre um dia, isto é, dispensar os cuidados de outrem” (Kant, 1999, p. 33-34). Educa-se para a liberdade e para a autonomia.

A pedagogia é, assim, a doutrina da educação, e se divide em educação física, aquela responsável pelos cuidados com o corpo, e educação prática ou moral, aquela que diz respeito à construção da liberdade do homem. Relembrando a lição da Crítica da Razão Prática, Kant observa que “chama-se prático tudo o que se refere à liberdade”. Assim, o homem precisa de uma formação escolástica (instrução) que lhe dá habilidades para conseguir seus fins e estabelece-lhe um valor intrínseco enquanto indivíduo; a formação da prudência lhe confere valor público e o prepara para tornar-se cidadão; e, finalmente, a formação moral, que lhe confere valor diante de toda a espécie humana.

Todo esse cuidado taxinômico é porque “deve-se distinguir liberdade e natureza. Dar leis à liberdade é completamente diferente de cultivar a natureza”. A natureza do corpo e da alma concordam apenas em que, cultivando-as, se evita que se corrompam mutuamente, mas a formação moral é muito mais importante que a formação física: “um ser humano pode ter uma sólida formação física, pode ter um espírito muito bem formado, mas ser mau do ponto de vista moral, sendo desse modo uma criatura má” (Kant, 1999, p. 59). A espiritualidade faz apenas disparates quando não acompanhada pelo juízo.

Assim, não se deve desenvolver separadamente uma faculdade por si mesma, mas desenvolver cada uma tendo em vista as demais. O entendimento é o conhecimento do geral e o juízo é a aplicação do geral no particular. Nesse processo, a razão desempenha o papel de discernir a ligação entre o geral e o particular. A memória também deve ser cultivada na mesma medida que a inteligência, bem como a imaginação. “Na instrução da criança é preciso procurar unir pouco a pouco o saber e a capacidade” (Kant, 1999, p. 66).

Agora se pode conceber uma ideia sistemática da educação e o modo como persegui-lo. A educação visa uma cultura geral da índole que deve ser centrada na disciplina (educação física) e nas máximas morais (educação moral), a primeira passiva e a segunda ativa, sendo necessário que o aluno veja sempre o fundamento e a consequência da ação a partir do conceito de dever. A educação visa também uma cultura particular da índole: “aqui tem lugar a inteligência, os sentidos, a imaginação, a memória, a atenção e a espirtualidade, o que também diz respeito às potências inferiores do entendimento” (Kant, 1999, p. 68-69). Essas potências inferiores seriam os sentidos, enquanto as potências superiores são as potências do entendimento, o entendimento, a faculdade de julgar e a razão. Como se pode perceber, é todo a démarche das Críticas que é colocada em curso no processo educacional.

Ao contrário do que comumente se coloca, não é a disciplina, mas a cultura moral que está no cerne da pedagogia kantiana. “A cultura moral deve-se fundar sobre máximas, não sobre a disciplina. Esta impede os defeitos; aquelas formam a maneira de pensar”. Ora, a disciplina não gera senão hábitos. É necessário que a criança aprenda a agir segundo máximas. “Deve-se procurar desde cedo inculcar nas crianças, mediante a cultura moral, a ideia do que é bom ou mal (...). A moralidade é algo tão santo e sublime que não se deve rebaixá-la, nem igualá-la à disciplina” (Kant, 1999, p. 76). O grande esforço da cultura moral é lançar os fundamentos do caráter, que consiste em agir segundo as máximas da escola, pelo aluno, e da humanidade, pelo homem já formado.

A consolidação do caráter é a etapa suprema do processo educacional, pois consiste na resolução firme da vontade e colocá-la em prática a partir do conceito fundamental de dever. Esses deveres são para consigo mesmo e para com os demais. A criança deve ser levada a perceber a dignidade humana em sua própria pessoa, rechaçando a mentira tão logo possa comunicar seus pensamentos aos demais. A mentira leva ao desprezo por si mesmo, à falta de estima e credibilidade. As crianças devem, desde cedo, também ter respeito e atenção aos direitos humanos, pondo-os em prática assiduamente. “Pergunta: o homem é moralmente bom ou mau por natureza? Não é bom nem mau por natureza, porque não é um ser moral por natureza. Torna-se moral apenas quando eleva sua razão até os conceitos do dever e da lei” (Kant, 1999, p. 95).

## CONCLUSÃO

---

A pedagogia kantiana é a inculcação dos sentimentos cosmopolitas que orientam o educando à humanidade no trato com os outros. Ela reconhece os interesses particulares, mas, através de um processo ascético, faz do interesse por nós mesmos um interesse por aqueles que nos rodeiam, e daí um interesse pelo bem universal. A pedagogia, então, se encontra no centro de convergência entre o empreendimento Crítico e a filosofia da história kantiana. E se o Esclarecimento é um processo em que despontam uma abertura para a perfectibilidade da espécie humana, a educação é o meio para que tal projeto se realize.

A autonomia, palavra de ordem do Esclarecimento, encontra na Pedagogia o percurso que conduz o Homem da heteronomia do infante à autonomia do cidadão cosmopolita. Essa autonomia fundada na liberdade não implica um *laissez-faire* das práticas hodiernas, mas um rigor moral fundados nos conceitos de dever e de lei. Muito mais que mera disciplina ou instrução, é à moralidade que a educação deve se voltar. É ela que proporciona a abertura histórica para o progresso tanto do saber quanto da conduta humana. É preciso formar homens moralmente responsáveis para que o “espírito crítico” tão propalado pelos jargões pedagógicos não seja apenas uma desconstrução das instituições e do status quo sem qualquer ideário construtivo; é preciso formar homens moralmente responsáveis para que a liberdade não recaia na selvageria e no individualismo gritante que vemos em nossos dias.

## AGRADECIMENTOS

---

Não aplicável.

## CONTRIBUIÇÕES DOS AUTORES

---

Victor Wladimir Cerqueira Nascimento: concepção e desenho, aquisição de dados, análise e interpretação dos dados, redação do artigo, revisão crítica de conteúdo intelectual importante, aprovação final da versão a ser publicada.

## CONFLITOS DE INTERESSE

---

O autor declara que não há conflitos de interesse.

## REFERÊNCIAS

---

Charles, S. (2011). Paideia e filosofia no século das Luzes. IN: Menezes, E. (org) *Modernidade filosófica: um projeto, múltiplos caminhos*. São Cristóvão: Editora UFS, p. 71-86.

Kant, I. (1999). *Sobre a pedagogia*. Piracicaba: Editora Unimep.

Kant, I. (1985). Resposta à pergunta: que é esclarecimento? IN: Kant, I. *Textos seletos*. Edição bilíngue. Trad. Raimundo Vier e Floriano de Souza Fernandes. 2a Ed. Petrópolis: Vozes.

Menezes, E. (2000). Kant e a ideia de educação das luzes. *Educação e Filosofia*, 14(27), 113-126.

Oliveira, E. S., & Barreto, D. A. B. (2020). Contemporary studies on knowledge, teaching in higher education and social representations in Brazil. *Journal of Research and Knowledge Spreading*, 1(1), e11585. <http://dx.doi.org/10.20952/jrks1111585>

Silva, F. O., Alves, I. S., & Oliveira, L. C. (2020). Initial teaching training by homology in PIBID: experiential learning from professional practice. *Journal of Research and Knowledge Spreading*, 1(1), e11638. <http://dx.doi.org/10.20952/jrks1111638>